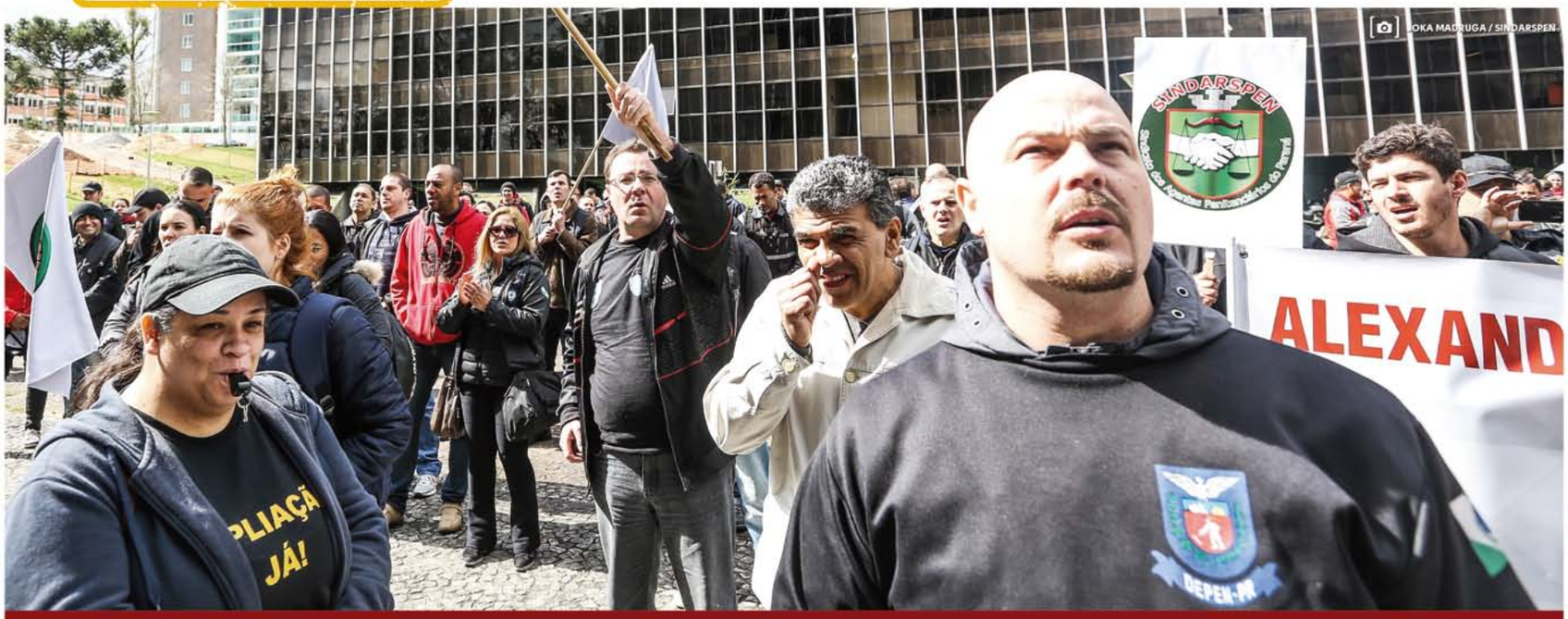
JORNAL
13 DE NOVEMBRO

EDIÇÃO ESPECIAL
BALANÇO DA GESTÃO

AGOSTO • SETEMBRO • 2016
WWW.SINDARSPEN.ORG.BR

SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ



CATEGORIA SEGUE UNIDA PELA GARANTIA DE DIREITOS

EM UM ANO, TIVEMOS CONQUISTAS IMPORTANTES, MAS É PRECISO IR ALÉM. NOSSA UNIÃO É NOSSA FORÇA. VAMOS JUNTOS COBRAR DO GOVERNO A GARANTIA DOS NOSSOS DIREITOS

SAÚDE DO SERVIDOR

- A LUTA PELA APOSENTADORIA ESPECIAL
- CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA VOLTA ATENÇÃO AOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

JURÍDICO

- APOSENTADOS RECEBEM QUINQUÊNIO CALCULADO SOBRE AAP
- SINDICATO NEGOCIA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS COM A PGE

INSTITUCIONAL

CONTAS DO SINDARSPEN SÃO APROVADAS EM ASSEMBLEIA GERAL

SEGURANÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO INSPECIONA UNIDADES

CAMPANHA MARCELO PINHEIRO PEDE ATENÇÃO AO CUMPRIMENTO DO CADERNO DE SEGURANÇA

SINDICATO APOIA FORTALECIMENTO DO SOE E GARANTIA DO PORTE DE ARMA

PRÓXIMAS LUTAS

PAGAMENTOS DAS PROMOÇÕES E PROGRESSÕES ATRASADAS

GOVERNO DEVE CONTRATAR APROVADOS EM CONCURSO

DATA-BASE TEM QUE SER MANTIDA

EDITORIAL

UM ANO DE MUITO TRABALHO, CONQUISTAS E ORGANIZAÇÃO PARA NOVAS LUTAS

Nós, servidores públicos do Paraná, vivemos um período amargo por conta das medidas tomadas pelo Governo do Estado, que jogou sobre os trabalhadores a conta da ingerência dos cofres públicos. No sistema penitenciário, a economia de recursos para sobrar dinheiro para aplicar "onde o povo vê", aliada à precarização proposital com interesses privatistas, vem causando um verdadeiro caos, que tem reflexos diretos na vida dos agentes penitenciários.

Além das reivindicações urgentes da categoria, como a contratação de concursados e aposentadoria especial, ainda estamos tendo que lutar bravamente para manter direitos já conquistados, como quinquênio, previdência, reajuste anual, promoções e progressões.

No último ano, avançamos em pautas como a aposentadoria especial, que hoje já tem unanimidade dentro do Governo pela necessidade da sua implantação, e estamos trabalhando no grupo de trabalho técnico para finalizar a minuta de projeto de lei; e da contratação de concursados, já que a falta de efetivo também foi finalmente reconhecida por todos os órgãos do Governo. Temos buscado agora ampliar nosso apoio junto à sociedade para que, além de reconhecer as falhas, o Executivo estadual aja para mudar essa realidade.

O SINDARSPEN também tem se destacado no debate sobre a saúde do servidor penitenciário. Em junho, conseguimos a aprovação da resolução nacional que dá as diretrizes para as ações que devem ser desenvolvidas pelos governos estaduais em todo o país para a redução dos danos provocados pela atividade laboral. O Sindicato encomendou ainda um estudo inédito sobre a questão e vai divulgá-lo em breve.

Neste jornal, além do balanço de pouco de mais de um ano de atuação à frente do SINDARSPEN, apontamos os caminhos para as próximas lutas e a necessidade de mantermos a categoria unida pelas conquistas de nossos direitos.

Apesar da tentativa do Governo do Paraná de desmontar o serviço público e massacrar ainda mais os trabalhadores penitenciários, não vamos esmorecer! Muitos prejuízos já foram evitados graças à nossa união, como a alteração nas folgas, transferências arbitrárias, corregedoria sendo utilizada como meio de perseguição, entre outros.

Almejar melhorias em tempos de retrocesso nos direitos dos trabalhadores não é tarefa fácil. Contamos com a união e apoio de todos os agentes penitenciários do Paraná para seguirmos firmes e fortalecidos nas negociações com o Governo.

PETRUSKA SVIERCOSKI
PRESIDENTE DO SINDARSPEN

COM AMPLA MAIORIA DE VOTOS, ASSEMBLEIA GERAL APROVA CONTAS DO SINDARSPEN

Entidade não possui dívidas e ampliou o superávit e o patrimônio do Sindicato sem deixar de promover a luta da categoria

Em assembleia geral, o SINDARSPEN teve as contas do período de 01/05/2015 a 30/04/2016 aprovadas pela categoria. A atividade aconteceu em 29/06, em Francisco Beltrão, e teve a presença de servidores de várias cidades do Paraná.

Entre os dados apresentados pela diretoria da entidade, está o patrimônio de R$ 1.018.207,44. O Sindicato também teve no período um superávit nas contas de R$ 324.110,95, acumulando um valor de R$ 729.011,96 a título de fundo de reserva para gastos extraordinários. Esse recurso está em caderneta de poupança e é voltado para mobilizações e fortalecimento da luta da categoria. O SINDARSPEN investiu ainda em dois consórcios consecutivos para a aquisição de uma sede própria na capital do estado, que juntos somam a quantia de R$ 1.066.759,00.

Além de detalhar o balanço contábil, a diretoria do SINDARSPEN esclareceu ponto a ponto todas as indagações da plenária. Após todas as dúvidas sanadas, a prestação de contas do Sindicato foi aprovada por ampla maioria.

Enquanto o governo do Paraná fala em crise nas contas públicas para justificar o não pagamento de direitos de servidores, o SINDARSPEN segue com as contas organizadas e aumentando o seu patrimônio, para continuar fazendo a luta em defesa dos direitos da categoria. Isso é resultado de uma gestão responsável com os gastos da entidade e com o trabalho dos agentes penitenciários.

EXPEDIENTE

13 DE NOVEMBRO É UM BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ (SINDARSPEN) | AGOSTO E SETEMBRO 2016

Jornalista responsável: Waleiska Fernandes (Mtb 34.862-SP)
Redação e edição: Waleiska Fernandes
Revisão: Ricardo Miranda e Petruska Sviercoski
Fotos: Janeide Silveira, Joka Madruga, Petruska Sviercoski e Waleiska Fernandes
Diagramação e arte final: Mobi Comunicação (www.mobionline.com.br)
SINDARSPEN: Avenida Marechal Deodoro, 666, sobreloja, sala 2
Curitiba-PR / CEP 80010-010 / Telefone 0800-6451311

DIRETORIA
Presidente: Petruska Sviercoski; **Vice-presidente:** José Roberto Neves; **Diretora Executiva:** Vanderleia Leite; **Diretor Financeiro:** Adilson de Moura; **Diretor Financeiro Adjunto:** Rodrigo Fontoura; **Diretor Jurídico:** Ricardo Miranda; **Diretor Jurídico Adjunto:** Wilson Domaneschi Junior; **Diretor Social:** Valdecir Santana; **Diretor Social Adjunto:** Marcos Cesar de Almeida; **Diretor de Esportes:** Rodrigo Remes; **Diretor de Esportes Adjunto:** Valmi Rozendo; **Diretora para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas:** Dejanira de Fátima; **Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas Adjunto:** Paulo Afonso Cordova; **Diretora para Assuntos da Mulher:** Cintia Regina Patruni; **Diretora para Assuntos da Mulher Adjunta:** Tania de Fátima; **Diretor de Formação Sindical:** Clayton Auwerter; **Diretor de Formação Sindical Adjunto:** Lucas Savaris; **Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho:** Marco Menegildo; **Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho Adjunto:** Leandro Coutinho; **Diretor de Cultura e Eventos:** Jonas Beskow; **Diretor de Cultura e Eventos Adjunto:** Luis Fabiano Ramos; **Conselho Fiscal:** Luiz Carlos De Lima, Douglas Galdini e Marcelo Augusto Martins (titulares); e Ulisses Lucas Filho, Edson Jankovski e Edevaldo Ramos (suplentes)

EM DEFESA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, SINDICATO LUTA

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Com o objetivo de lucrar em cima do sistema prisional, alguns setores da sociedade tentam impor a terceirização e a privatização dos presídios no país. Em março deste ano, essa tentativa foi frustrada em Brasília, depois da mobilização dos trabalhadores do sistema, organizados pela Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários (FEBRASP).

Como filiado à entidade nacional, o SINDARSPEN participou ativamente dos atos na capital nacional, pressionando nos gabinetes dos senadores paranaenses pela derrota do Projeto de Lei do Senado 513/2011. A ideia do texto é instituir parcerias público-privadas para a construção e administração de estabelecimentos penais. Um dos problemas desse projeto é que ele delega para o setor privado atividades típicas de Estado, como o serviço de vigilância e custódia de pessoas privadas de liberdade.

JOKA MADRUGA

Vitória em Brasília exige luta no Paraná

A luta dos agentes penitenciários em Brasília conseguiu adiar a votação do PLS 513/2011. No entanto, paralelamente ao movimento nacional, o Departamento Penitenciário do Paraná trabalha pela terceirização das unidades no estado. O diretor do DEPEN já expôs, inclusive, para a imprensa que tem um projeto pronto para defender a privatização junto às demais autoridades do governo estadual.

Em novembro de 2015, uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa debateu os danos provocados por uma eventual terceirização do setor. Na ocasião, um dos maiores especialistas em direito penal do Brasil, o jurista René Arial Dotti, ressaltou que "a contribuição privada não pode usurpar a competência própria do Estado de administrar a execução das penas" e que "essas coisas não podem ficar sujeitas às conveniências do mercado".

O SINDARSPEN defende o fortalecimento do serviço público e a regulamentação nacional e constitucional da profissão dos agentes penitenciários e vai seguir lutando em todos os espaços para evitar o desmonte do sistema no Paraná. Nessa luta, tem buscado parcerias e conseguido apoio importantes, como o Conselho Estadual de Direitos Humanos no PR (Coped), que vai convocar o diretor do DEPEN a dar explicações sobre o projeto privatista.

> **"A CONTRIBUIÇÃO PRIVADA NÃO PODE USURPAR A COMPETÊNCIA PRÓPRIA DO ESTADO DE ADMINISTRAR A EXECUÇÃO DAS PENAS [...] ESSAS COISAS NÃO PODEM FICAR SUJEITAS ÀS CONVENIÊNCIAS DO MERCADO"**

NÚMEROS

OS NÚMEROS MOSTRAM MÁ GESTÃO DE RECURSOS

A precarização do sistema penitenciário com a não aplicação integral do orçamento destinado à pasta acaba sendo a justificativa perfeita para implantar terceirizações, que custam quase o dobro do valor gasto por preso, segundo estudos oficiais. O DEPEN tem um histórico de devolução de recursos da pasta por falta de aplicação. Entre 2011 e 2015, foram devolvidos R$ 326,5 milhões aos cofres do Estado, cerca de 14% do total do orçamento para o setor no mesmo período.

2011
ORÇAMENTO INICIAL **R$ 287.654.066,00**
ORÇAMENTO EMPENHADO **R$ 254.855.961,00 (88,60%)**
DEVOLUÇÃO DE **11,4% - 32.798.105,00**

2012
ORÇAMENTO INICIAL **R$ 336.752.430,00**
ORÇAMENTO EMPENHADO **R$ 314.267.506,90 (93,32%)**
DEVOLUÇÃO DE **6,68% - 22.484.923,10**

2013
ORÇAMENTO INICIAL **R$ 564.617.690,00**
ORÇAMENTO EMPENHADO **R$ 474.430.483,58 (84,03%)**
DEVOLUÇÃO DE **15,97% - 90.187.206,42**

2014
ORÇAMENTO INICIAL **R$ 530.830.420,00**
ORÇAMENTO EMPENHADO **R$ 420.037.897,64 (79,13%)**
DEVOLUÇÃO DE **20,87% - 110.792.522,36**

2015
ORÇAMENTO INICIAL **R$ 588.098.600,00**
ORÇAMENTO EMPENHADO **R$ 517.787.006,38 (88,04%)**
DEVOLUÇÃO DE **11,96% - 70.311.593,62**

TOTAL DEVOLVIDO DE 2011 A 2015: 326.574.350,50

CATEGORIA SEGUE UNIDA PELO PAGAMENTO

DAS PROMOÇÕES, PROGRESSÕES E POR CONTRATAÇÃO DE CONCURSADOS

Além de atrasar o pagamento das promoções e progressões, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), agora ameaça cortar o direito ao pagamento da data-base dos servidores públicos. A postura do Governo do Estado tem levado os agentes penitenciários a uma série de mobilizações, como a que ocorreu em 20/07, no Centro Cívico de Curitiba. Cerca de 400 agentes marcaram presença no ato, após viajarem em caravanas de Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá, Guarapuava, Francisco Beltrão e Ponta Grossa, além dos agentes da região Metropolitana de Curitiba.

Atualmente, das 4.131 vagas disponíveis na carreira, apenas 3.289 estão ocupadas, segundo dados do Grupo de Recursos Humanos da SESP, órgão ao qual está vinculado o Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN-PR). Há ainda 842 vagas que poderiam ser abertas, caso houvesse a promoção dos servidores que completaram 10 e 20 anos de carreira, conforme determina a legislação ao pessoal do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE). No entanto, após esperar 10 anos pela promoção, os agentes não estão tendo seus direitos respeitados pelo governador.

NÚMEROS

ATUALMENTE, DAS **4.131 VAGAS DISPONÍVEIS** NA CARREIRA, **APENAS 3.289 ESTÃO OCUPADAS**

OCUPAÇÃO. *Agentes ocupam a frente da SESP, em 20/07* [📷] JOKA MADRUGA / SINDARSPEN

ATO. *Agentes na porta do Palácio Iguaçu em 23/06* [📷] WALEISKA FERNANDES

OS RISCOS DA PROFISSÃO SÃO AGRAVADOS COM A FALTA DE EFETIVO

Segundo o próprio DEPEN, em 2013, havia um déficit de 1.675 agentes penitenciários. Desde então, houve um aumento de 17 mil para 19 mil presos nas unidades penitenciárias, elevando ainda mais a carência de servidores especializados. O quadro deve se agravar com a construção das 14 novas unidades já anunciadas pela SESP, aumentando em 6.756 o número de vagas no sistema penitenciário.

Em 2013, foi realizado um concurso público, cujo prazo de validade expira em julho de 2017, após a prorrogação de dois anos realizada em 2015. Há 1.200 aprovados para serem chamados. Porém, a Secretaria de Administração e Previdência do Paraná (SEAP) informou ao

COBRANÇA. *Agentes e aprovados em concurso fazem passeata em Curitiba*

PRESSÃO. *Sucessivas reuniões com autoridades do Governo para cobrar as reivindicações*

SINDARSPEN que a SESP solicitou apenas 16 novas contratações. Paralelo a isso, lançou o edital de contratação via Processo Seletivo Simplificado (PSS) de 1.201 "agentes de cadeia", uma carreira que não existe no quadro do estado.

As mobilizações realizadas pelo Sindicato têm contado com participação de vários aprovados no último concurso público, já que eles também estão sendo lesados pela falta de compromisso do Governo.

Agentes exigem cumprimento da data-base

O governador Beto Richa quer enviar à Assembleia Legislativa do Paraná um projeto de lei que rompe com o que foi acordado no ano passado com os trabalhadores, da reposição inflacionária anual, além de um adicional de 1% para repor as perdas com o atraso no pagamento no ano de 2015. A alegação do Governo é de que o Estado não tem condições financeiras de honrar o pagamento das promoções e progressões dos servidores e, ao mesmo tempo, garantir o reajuste na data-base.

O SINDARSPEN tem se unido a outros sindicatos para pressionar os deputados a não aceitarem o calote que o governador quer impor aos servidores. "Não vamos aceitar a retirada de direitos de trabalhadores que já são tão judiados em seu local de trabalho exatamente pelo total descaso do governo com o sistema penitenciário", defendeu o vice-presidente do SINDARSPEN, José Roberto Neves. Os agentes penitenciários do Paraná não vão recuar na luta e não descartam a possibilidade de uma greve da categoria, caso Beto Richa siga ignorando as reinvindicações da categoria.

SINDARSPEN GARANTE MAIS RECURSOS PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL/2016

A Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) aprovou em dezembro de 2015 três emendas de interesse direto dos agentes penitenciários ao Projeto de Lei 715/2015, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias do Estado para o ano de 2016 (LOA/2016). As emendas foram apresentadas à LOA pelo deputado estadual Professor Lemos (PT), que acatou o pedido do Sindicato.

OBJETIVO

FOI ADICIONAR VERBAS PARA O MELHOR FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO PENAL NO PARANÁ

As emendas aprovadas dependem do superávit financeiro do Paraná em 2016, o que vem se mostrando possível, segundo relatos do próprio secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado. Garantidos e permitidos pela LOA, os recursos para o aprimoramento do sistema penitenciário do Estado dependem agora somente da vontade política do governo.

A aprovação foi possível graças à intensa mobilização da categoria para pressionar os parlamentares paranaenses. Outra consequência positiva da atuação sindical na ALEP foi o alerta para o contingenciamento de verbas da contrapartida do estado no financiamento da construção de estabelecimentos prisionais, por meio de convênio com o Governo Federal. Cerca de R$ 45 milhões do orçamento estadual, que estavam na Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), foram remanejados para o DEPEN.

EMENDAS PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
R$ 102.960.000,00

CAPACITAÇÃO DE AGENTES PELA ESCOLA DE SERVIÇOS PENAIS (ESPEN)
R$ 6.500.000,00

RECUPERAÇÃO E AUTOMAÇÃO DAS UNIDADES PENAIS
R$ 28.000.000,00

CONTRAPARTIDA NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES
R$ 45.000.000,00

FORTALECENDO A LUTA CONTRA O PLC 257/16

Proposta gera desmonte dos serviços públicos, sinaliza o fim dos concursos públicos e abre as portas para a terceirização e a privatização

Em abril, os agentes penitenciários de todo o país se uniram aos demais servidores públicos para fortalecer a luta contra o Projeto de Lei Complementar 257/2016, que fere direitos do funcionalismo público com a justificativa de solucionar problemas das dívidas públicas dos estados e municípios. A mobilização dos agentes em Brasília foi coordenada pela Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários (FEBRASP), da qual o SINDARSPEN faz parte.

O Projeto aguarda votação na Câmara dos Deputados, onde tramita em regime de prioridade. A proposta tem o objetivo de aumentar a arrecadação do Governo Federal, regulamentando a negociação das dívidas dos estados com a União. O problema é que ela gera, aos estados que optarem pela renegociação, um desmonte dos serviços públicos, sinaliza o fim dos concursos públicos e abre as portas para a terceirização e a privatização. Dentre os principais prejuízos aos servidores, estão: o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% e a restrição do desenvolvimento na carreira, o que prejudica o direito à promoção e progressão, por exemplo. "A dívida pública, seja nacional, estadual ou municipal, é um grave problema e requer solução que não seja a penalização dos trabalhadores, que historicamente são os que mais sofrem com a má gestão do dinheiro público", defende a presidente do SINDARSPEN, Petruska Sviercoski.

MOBILIZAÇÕES RESULTAM EM CONQUISTAS PARA A CATEGORIA

O dia 29 de abril de 2015 entrou para a história do Paraná pelo trágico episódio que vitimou mais de 200 servidores públicos estaduais, feridos quando lutavam pela manutenção de seus direitos. Como outras categorias profissionais, os agentes penitenciários estiveram nas várias mobilizações de servidores.

Além do sequestro da previdência dos trabalhadores, a luta era pelo pagamento do reajuste anual, que o Governo do Estado insistia em oferecer 5%, bem abaixo da inflação do período, de 8,17%. A pressão da classe trabalhadora resultou no acordo de que as perdas inflacionárias de 2016 seriam pagas em janeiro de 2017, quando os servidores também deveriam ganhar um adicional de 1%. Além disso, foi acordada a reposição da inflação pelo IPCA de janeiro a abril de 2017, que deve ser paga em maio do ano que vem, quando a data-base dos servidores voltará a ser em maio, e não mais em janeiro.

2015. *Os históricos atos tiveram ampla participação dos agentes penitenciários* JANEIDE SILVEIRA

Resultados da greve

NO DIA 23/05/2015, OS AGENTES PENITENCIÁRIOS ENTRARAM EM GREVE E ASSIM SE MANTIVERAM POR DOIS DIAS.

O Departamento Penitenciário já havia saído da SEJU e passado para a SESP, inviabilizando qualquer abertura para negociação das pautas da categoria. A adesão de 100% dos agentes penitenciários demonstrou a capacidade de mobilização dos trabalhadores e a completa insatisfação com situação da pasta. Graças à mobilização, foi possível a contratação dos 128 agentes penitenciários entre os aprovados no concurso de 2013 e a capacitação dos agentes para o uso de arma de fogo, além da confecção das carteiras funcionais, essenciais para o porte de arma.

GREVE. *Complexo Penitenciário de Piraquara* JANEIDE SILVEIRA

- [+] CONTRATAÇÃO DE **128 AGENTES**
- [+] CAPACITAÇÃO PARA USO DE **ARMA DE FOGO**
- [+] **CARTEIRAS FUNCIONAIS** PARA AGENTES

NENHUM DIREITO A MENOS.

A LUTA DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS VAI SEGUIR FIRME PARA AVANÇAR NAS CONQUISTAS

Em maio de 2015, na condição de então vice-presidente da entidade, Petruska Sviercoski assumiu a tarefa de presidir o SINDARSPEN, após a renúncia do então presidente. Agente penitenciária desde fevereiro de 2007, ela começou a lutar pelos direitos da categoria em fevereiro de 2011, quando se tornou delegada sindical da Penitenciária Estadual de Ponta Grosa (PEPG).

Passado pouco mais de um ano na condição da primeira mulher a presidir o Sindicato, Petruska aponta quais os desafios futuros dos agentes penitenciários do Paraná.

JOKA MADRUGA

QUAL O MAIOR DESAFIO DA CATEGORIA PARA OS PRÓXIMOS MESES?

O Governo do Estado vem demonstrando que sua prioridade não é o serviço público. Mas sabemos que essa prioridade pode ser mudada se a categoria estiver unida e exigindo os seus direitos. Nosso maior desafio é não perder a força de lutar pela melhoria das nossas condições de trabalho e de vida, pra que a gente tente mudar o foco do governo. Precisamos que o sistema penitenciário seja tratado da forma adequada, com políticas públicas voltadas para o tratamento penal e não apenas para a segregação da massa, pois com esse tratamento, os trabalhadores acabam sendo segregados também. Pra que isso aconteça, é urgente a contratação de servidores; as melhorias na estrutura das unidades; atenção devida à saúde do servidor, através de programa de prevenção e tratamento de doenças relativas à profissão; e regulamentação de uma aposentadoria justa.

O SINDARSPEN VAI PUBLICAR UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS, COMO ESSE TRABALHO VAI ORIENTAR AS AÇÕES DO SINDICATO?

Queríamos levantar um diagnóstico técnico que comprovasse aquilo que já sentíamos na pele: nossa profissão é nociva à saúde e precisa de medidas institucionais que possam diminuir esses danos. Com esse levantamento, temos mais argumentos para lutar pela implantação da aposentadoria especial, já que ele mostra que o agente penitenciário envelhece precocemente por causa do trabalho. Estamos buscando parcerias, como a já firmada com a Universidade do Oeste, de Francisco Beltrão, para que os estudos sobre a saúde do agente prossigam e possam apontar caminhos. Vamos batalhar junto ao Governo que seja criado um programa de saúde para a categoria. Um profissional saudável melhora seu desempenho profissional e tem uma vida com mais qualidade fisicamente e emocionalmente, influenciando, inclusive, nas relações familiares.

DESAFIO

O GOVERNO DO ESTADO VEM DEMONSTRANDO QUE SUA PRIORIDADE NÃO É O SERVIÇO PÚBLICO. MAS SABEMOS QUE ESSA PRIORIDADE PODE SER MUDADA SE A CATEGORIA ESTIVER UNIDA E EXIGINDO OS SEUS DIREITOS

FALANDO EM APOSENTADORIA ESPECIAL, QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS DE LUTA?

A aposentadoria especial é uma reivindicação antiga e uma das mais importantes pautas do SINDARSPEN. Hoje, muitos agentes morrem antes ou logo após alcançarem a tão sonhada aposentadoria, e esta realidade precisa mudar. Desde 2014, o Sindicato vem apresentando ao Governo um projeto de aposentadoria especial que atende os anseios dos agentes. No ano passado, com muita luta, conseguimos que uma comissão oficial fosse formada para debater o tema. Nela, tem representantes do SINDARSPEN, DEPEN-PR, SESP e do Paraná Previdência. O objetivo é que desse grupo de trabalho saia um projeto único, chancelado pelos órgãos do governo, e que atenda a categoria, para que o governador envie à Assembleia Legislativa para votação. Nossa luta é que a discussão tenha como foco a saúde do servidor e não apenas as questões orçamentárias do Estado.

O JURÍDICO DO SINDARSPEN ESTÁ PREPARADO PARA BRIGAR NA JUSTIÇA PELA GARANTIA DAS PROMOÇÕES E PROGRESSÕES?

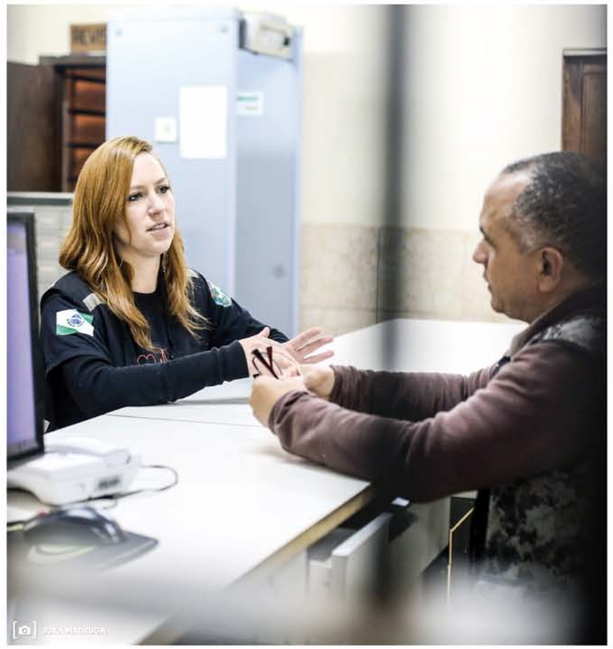
Os agentes que alcançarem o direito à promoção devem fazer o requerimento via Recursos Humanos da sua unidade e, paralelo a isso, devem buscar o Sindicato com o número do protocolo entregue pelo RH. A equipe jurídica do SINDARSPEN está preparada a garantir na justiça esse direito aos servidores.

TERCEIRIZAÇÃO

SE HÁ INTERESSE EM SE GASTAR MAIS COM O SISTEMA PENITENCIÁRIO, QUE SEJA MELHORANDO O SERVIÇO PÚBLICO OFERECIDO E FORTALECENDO O DEPEN; QUE SEJA COM A CONTRATAÇÃO DE MAIS SERVIDORES, REFORMAS ESTRUTURAIS, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

COMO O SINDICATO VÊ A INTENÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ DE TERCEIRIZAR O SISTEMA PENITENCIÁRIO?

É preocupante, haja vista que acontece nos bastidores, sem a participação de representantes da categoria e contraria todas as recomendações tiradas na audiência pública realizada em novembro passado na ALEP, quando a questão foi debatida. Se o governo quer gastar mais com o sistema penitenciário, que seja melhorando o serviço público oferecido e fortalecendo o DEPEN; que seja com a contratação de mais servidores, reformas estruturais e aquisição de equipamentos de segurança, para que assim o tratamento penal seja alcançado. Sempre que o lucro é colocado acima da função social de qualquer serviço público, a sociedade inteira paga a conta, e neste caso, os trabalhadores vão pagar uma conta ainda mais cara: a desvalorização da sua profissão e o aumento da insegurança e do risco de morte.


JOKA MADRUGA

APOIO NA FORMAÇÃO DE AGENTES DO SOE

A Seção de Operações Especiais (SOE), que reúne agentes penitenciários treinados para atuar em situações extremas, como rebeliões e motins, tem se mostrado um grande reforço na segurança dos profissionais que atuam nas unidades penais.

Implantado por meio da resolução 431/2012, da Secretaria de Justiça do Paraná, a SOE tem atuação nas regiões de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel.

Para o Sindicato, é essencial que o grupo tático se estenda a todas as cidades onde existem unidades prisionais. Por isso, tem dado todo o apoio para o acesso dos agentes ao curso de formação, assim como para a viabilização de outros programas de treinamento do efetivo.

AGENTES SÃO TREINADAS PARA OPERAR O BODY SCANNER

O body scanner é uma ferramenta essencial na garantia da segurança das unidades penais. Além de restringir ainda mais a entrada de materiais ilícitos, diminui a necessidade do contato físico do agente com a visita e o constrangimento que o procedimento causa para ambos. Para aprender como funciona e quais são as técnicas desse equipamento, as agentes penitenciárias receberam um curso específico. A capacitação foi fruto de uma parceria entre o SINDARSPEN, a Escola de Serviços Penais (ESPEN) e a Divisão de Operações Especiais (DOS) e aconteceu nas regiões de Cascavel e Foz do Iguaçu.

TÉCNICAS DE SEGURANÇA

Além de aprenderem a operar o body scanner, as servidoras passaram por reciclagem em técnicas de segurança para conter eventuais situações de crise nas unidades.

FOZ DO IGUAÇU RECEBE A QUINTA SEDE DO SINDARSPEN

Como parte do projeto de interiorização das ações do SINDARSPEN, em agosto do ano passado foi inaugurada a quinta sede administrativa da entidade. Agora, Foz do Iguaçu também conta com uma estrutura física do sindicato. Além da capital, o SINDARSPEN já possuía sede em Maringá, Londrina e Cascavel. O espaço permite o atendimento jurídico periódico, possui uma sala de reuniões e a estrutura necessária para a resolução de questões administrativas, como entrega de documentos para ações judiciais e para a contratação de convênios médicos e odontológicos. A sede de Foz atende os cerca 250 agentes das Penitenciárias Estaduais de Foz I (PEF I) e FOZ II (PEFII), da Cadeia Pública Laudemir Neves (CPLN) e do Centro de Reintegração Feminino (CRESF).

ATENDIMENTO. *O atendimento aos filiados em Foz é realizado pela secretária Executiva do SINDARSPEN, Vanderleia Leite*

MINISTÉRIO PÚBLICO E MINISTÉRIO DO TRABALHO SÃO ACIONADOS POR CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE TRABALHO DOS AGENTES

Sobrecarga de trabalho pela falta de efetivo, alta exposição ao risco de doenças infecto contagiosas e falta de equipamentos de segurança foram alguns dos problemas encontrados pelo Ministério Público do Estado em inspeções realizadas em maio e junho na Penitenciária Central do Estado (PCE), no Complexo Médico Penal do Paraná (CMP) e na Casa de Custódia de Curitiba (CCC). As inspeções aconteceram depois de denúncias do SINDARSPEN, apontando as péssimas condições de trabalho da categoria.

Os relatórios das inspeções se somarão aos 14 volumes de documentos que o MP já possui sobre a situação. O Sindicato encaminhou uma série de documentos que comprovam a precariedade do sistema em todo o estado. Apesar das visitas terem acontecido em apenas três unidades, a ação do Ministério Público tomará como base tudo que já foi encaminhado pelo Sindicato e pelo próprio Governo.

"Recebemos documentos do Sindicato e do Governo. Mas ofícios não são capazes de mostrar a realidade tal qual ela é. Por isso, optamos por vir aqui, ver pessoalmente e conversar com os servidores sobre as condições de trabalho, além de trazer um técnico em segurança do trabalho para conferir a real situação. Com base nessa documentação toda vamos traçar uma ação", explicou o promotor Régis Rogério Sartori, responsável pelas inspeções. A iniciativa é do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção aos Direitos Humanos (COPJDH) do MP.

MINISTÉRIO PÚBLICO. *Inspeção de condições de trabalho e conversa com agentes*

PROBLEMAS

SOBRECARGA DE TRABALHO PELA FALTA DE EFETIVO, ALTA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DOENÇAS INFECTO CONTAGIOSAS E FALTA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Em fevereiro, a diretoria do SINDARSPEN também denunciou as péssimas condições de trabalho dos agentes ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em reunião com o então superintendente da regional Paraná do MTE, Marcio Pessati, a direção da entidade entregou relatório apontando, entre outros problemas, o déficit de agentes, a superlotação carcerária e as condições insalubres e perigosas nas quais trabalham a categoria.

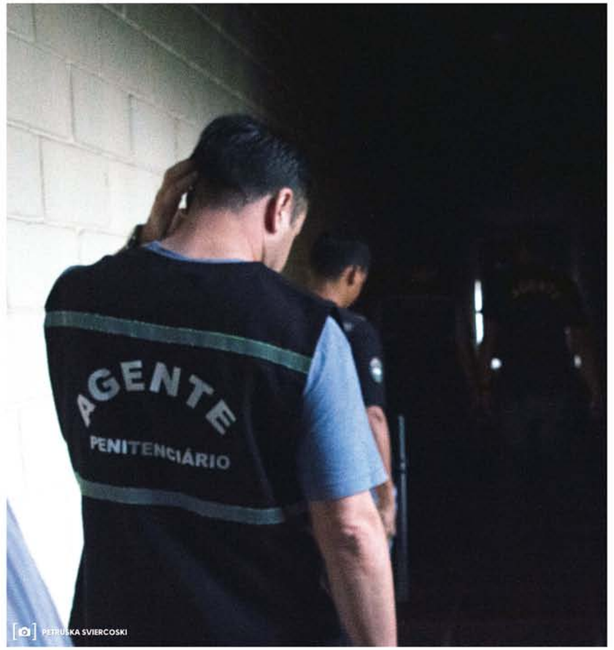
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

As péssimas condições de estrutura após a rebelião de outubro de 2015 na Penitenciária Estadual de Londrina II (PEL II), com risco, inclusive, de desabamento de dois pavilhões, também levou o SINDARSPEN a acionar o Ministério Público do Trabalho.

É PRECISO CUIDAR DA SAÚDE DO AGENTE PENITENCIÁRIO

As condições que envolvem o trabalho do agente penitenciário têm potencialidade para desencadear uma série de doenças relacionadas à atividade profissional, como estresse agudo, transtornos mentais, entre outras. Há ainda os riscos de contaminação por doenças infecto contagiosas, as relações endurecidas e a tensão do perigo iminente, que favorecem o surgimento de outras doenças. Problemas como alterações do sono, dores de cabeça, dores musculares, distúrbios digestivos e alterações de apetite são comuns a esses trabalhadores.

Porém, mesmo com todos esses riscos e males oriundos do trabalho nas prisões, a saúde e a qualidade de vida dos agentes penitenciários do Paraná têm sido relegadas pelo poder público. Por isso, o SINDARSPEN encomendou um estudo técnico que levantou com profundidade, nas nove cidades onde existem unidades penais, o quadro de saúde dos agentes no Paraná, com o objetivo de cobrar o Governo para que sejam implantadas políticas públicas capazes de reduzir os danos à saúde ocupacional dos servidores.



PETRUSKA SVIERCOSKI

AGENTES ESTÃO ADOECENDO PELO TRABALHO

A pesquisa, cujo resultado consolidado será publicado em breve pelo Sindicato, aponta que o trabalho do agente traz frequentes sentimentos de amargura, solidão, mau humor, vontade de desistir de tudo, sensação de abandono e impaciência. Dos entrevistados, 66,4% declararam sofrer de algum problema de saúde. Problemas como transtorno mental, hipertensão, depressão, ansiedade, insônia, problemas gástricos, circulatórios, diabetes, síndrome do pânico e problemas cardíacos estão entre os recorrentes.

O levantamento do SINDARSPEN foi reforçado pelo relatório anual da DIMS - Divisão Médica e Saúde do Trabalhador do Estado do Paraná, que apontou que nos últimos seis anos doenças relacionadas ao transtorno mental e ao sistema osteomuscular têm sido os principais motivadores de afastamento de agentes penitenciários do trabalho para tratamento de saúde.

Os dados da pesquisa serão transformados em uma revista para a melhor divulgação das condições diagnosticadas e cobrança de ações voltadas à saúde e qualidade de vida do trabalhador penitenciário.

66,4%

DOS ENTREVISTADOS DECLARARAM SOFRER DE ALGUM **PROBLEMA DE SAÚDE**

OS PROBLEMAS MAIS COMUNIS SÃO **TRANSTORNO MENTAL, HIPERTENSÃO, DEPRESSÃO, ANSIEDADE, INSÔNIA, PROBLEMAS GÁSTRICOS, CIRCULATÓRIOS, DIABETES, SÍNDROME DO PÂNICO E PROBLEMAS CARDÍACOS**

A LUTA DO SINDARSPEN É NACIONAL

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgão indutor e propositor de políticas nacionais para o sistema penitenciário, também aprovou medidas voltadas para a questão de saúde. As proposições foram do vice-presidente do SINDARSPEN, José Roberto Neves, que representa a categoria no Conselho Nacional.

Um dos documentos foi a inclusão no Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (PNPCP) de um capítulo dedicado ao trabalhador dos presídios, destacando que os problemas enfrentados no dia a dia da profissão requerem que os agentes tenham um plano de atenção à saúde laboral.

Outra conquista é a publicação da Resolução 01/2016 do CNPCP, que cria as diretrizes nacionais para a implantação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida dos agentes penitenciários por parte dos estados e Distrito Federal. "Esses documentos são vanguardistas no que se refere ao trabalhador penitenciário, já que, historicamente, os agentes sempre foram postos à margem de qualquer política voltada ao sistema prisional. A partir deles, podemos aumentar a cobrança para ações efetivas que atenuem ou até extingam os males oriundos do trabalho no cárcere", destaca Neves.

AVANÇO

A PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 01/2016 DO CNPCP CRIA AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA A **IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS** POR PARTE DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

APOSENTADORIA ESPECIAL

ALÉM DE UMA REIVINDICAÇÃO CLASSISTA, UMA NECESSIDADE PARA A MELHORA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

Na lida diária na prisão, o agente penitenciário vai envelhecendo e adoecendo precocemente, recebendo diretamente todos os danos e efeitos negativos do cárcere. Por esse motivo, a aposentadoria especial pelo trabalho insalubre e perigoso da profissão é, sem dúvida, um direito inquestionável que deve ser garantido à categoria de forma prioritária e urgente.

O Paraná é o único Estado das regiões Sul e Sudeste que ainda não regulamentou esse direito aos agentes penitenciários. Direito esse que já é assegurado por legislação própria para outras categorias de servidores estaduais que trabalham sob risco e tensão, como as polícias.

O SINDARSPEN vem atuando em várias frentes para que a aposentadoria especial seja concedida. Um dos resultados positivos dessa luta é a criação de grupo de trabalho técnico para redigir uma minuta de Projeto de Lei que regulamente a aposentadoria especial para a categoria. O grupo foi criado pela Secretaria de Administração e Previdência do Paraná (SEAP), por meio da Resolução 2881/2015, e conta com representantes do SINDARSPEN, do Paraná Previdência, do DEPEN-PR e da SESP.

O Sindicato trabalha para que a aposentadoria especial seja regulamentada ao agente penitenciário em condições de garantir justiça previdenciária para esse trabalhador. A atividade de segurança dentro dos presídios é, entre todas do serviço público, a que mais impacta na saúde mental do trabalhador, como apontou recente pesquisa realizada pelo SINDARSPEN.

JOKA MADRUGA

APOSENTADORIA

O SINDARSPEN TRABALHA PARA QUE **A APOSENTADORIA ESPECIAL SEJA REGULAMENTADA AO AGENTE PENITENCIÁRIO** EM CONDIÇÕES DE GARANTIR JUSTIÇA PREVIDENCIÁRIA PARA ESSE TRABALHADOR

QUINQUÊNIO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS AGORA É CALCULADO TAMBÉM SOBRE O VALOR DA AAP

A partir de junho, os aposentados e pensionistas passaram a receber o valor do quinquênio calculado também sobre o Adicional de Atividade de Penitenciária (AAP). A nova base de cálculo acontece depois de questionamento do SINDARSPEN à Justiça.

O Sindicato já havia conseguido garantir esse pagamento para os agentes da ativa, mas o Governo do Estado vinha negando a implementação desse cálculo na folha dos beneficiários do Paraná Previdência. A entidade voltou a recorrer à Justiça e os primeiros efeitos começaram a surtir em junho. A ação favorece cerca de 200 aposentados e pensionistas, que entraram na folha da previdência a partir de 2011.

CAMPANHA MARCELO PINHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO

Em maio de 2015, junto com a assembleia que definiu pela greve, o SINDARSPEN lançou a campanha Marcelo Pinheiro de Segurança no Trabalho, com o objetivo de reforçar a necessidade de cumprimento do Caderno de Práticas de Segurança no DEPEN. Os agentes têm encontrado dificuldades na efetivação das instruções porque a estrutura do sistema oferecida pelo Governo impede que o caderno seja cumprido.

Um exemplo é a abertura de cubículos, que deveria ser sempre realizada por uma quantidade de agentes superior à quantidade de presos, no entanto, comumente, esse serviço é feito por menos da metade do efetivo necessário. Foi numa situação dessas que três agentes foram gravemente feridos em uma tentativa de rebelião na Casa de Custódia de Maringá, em julho deste ano.

No dia em que o assassinato de Marcelo Pinheiro completou um ano, 15/03/2016, o SINDARSPEN realizou um ato em homenagem a todos os agentes penitenciários executados e feitos reféns em rebeliões, para debater as fragilidades do sistema e a falta de preocupação do governo com a vida dos trabalhadores. O evento teve a participação de autoridades municipais e estaduais, como o secretário de Segurança Pública, Wagner Mesquita. Marcelo foi assassinado no alojamento dos agentes penitenciários do Centro de Regime Semiaberto de Guarapuava.

LANÇAMENTO. *Campanha Marcelo Pinheiro em Guarapuava* JANEIDE SILVEIRA

MEDIDAS NECESSÁRIAS

Entre as medidas de segurança apontadas pela categoria para melhorar a segurança nas unidades prisionais, estão: aumento do efetivo de agentes penitenciários; ampliação da Seção de Operações Especiais (SOE); automatização das unidades e adaptações na estrutura; e a criação de um perímetro de segurança no entorno da região onde se encontram os presídios, impedindo o livre acesso de pessoas no local.

PORTE DE ARMA AUXILIA NA SEGURANÇA DOS AGENTES

Depois de muita luta dos movimentos sindicais em nível nacional para a alteração do Estatuto do Desarmamento, por meio da lei 12.993/2014, os agentes penitenciários conseguiram o direito à aquisição e porte de arma de fogo para uso particular. Além do protagonismo na luta por esse direito, o SINDARSPEN acompanhou a Divisão de Operação e Segurança (DOS) do DEPEN-PR no estabelecimento de procedimentos para a aquisição.

O Sindicato também fez parcerias com a Escola de Serviços Penais (ESPEN) e a DOS para a realização de Curso Básico de Tiro Defensivo, com o objetivo de qualificar os agentes para utilizarem as armas conforme normas e condutas de segurança que preservem a integridade física.

O SINDARSPEN também custeou a aquisição do material específico para a emissão das carteiras funcionais já que o DEPEN estava com dificuldades na compra do material. As carteiras funcionais são essenciais para a garantia do porte de arma.

JUDICIALIZAÇÃO – O SINDARSPEN está recorrendo à justiça para garantir a aquisição de armas por profissionais que não estão conseguindo a autorização porque respondem a algum o processo por ato oriundo da atividade profissional, mas não tem condenação. No entendimento do Sindicato, negar a aquisição para alguém que não teve processo transitado em julgado é considerá-lo culpado antes do julgamento.

JOKA MADRUGA

Os agentes que se encontram nessa situação devem procurar o sindicato para a devida orientação sobre eventual ação na Justiça.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DO PR APROVA PAUTAS DE INTERESSE DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

O Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED) aprovou pautas de interesse direto dos agentes penitenciários. As propostas foram apresentadas e defendidas pelo SINDARSPEN, que possui uma cadeira no COPED.

CAOS NA GESTÃO X PRIVATIZAÇÃO

Diante da afirmação à imprensa do diretor do DEPEN-PR, Luiz Alberto Cartaxo, de que apresentaria ao chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, uma proposta terceirização dos presídios como solução para a superlotação, o COPED vai convocá-lo para prestar esclarecimentos sobre a proposição. Além da proposta de terceirização contrariando os debates e recomendações ocorridos em audiência pública sobre o tema, o diretor do DEPEN disse ao jornal Gazeta do Povo, em 23/06, que o custo do preso no estado é de R$ 2.998 por mês. No entanto, o valor não corresponde ao previsto na Lei Orçamentária Anual – 2016, que é bem inferior. O DEPEN tem um histórico de devolução de recursos da pasta por falta de aplicação. Entre 2011 e 2015, foram devolvidos R$ 326,5 milhões aos cofres do Estado, cerca de 14% do total do orçamento para o setor no mesmo período. A não aplicação das verbas, precarizando o sistema penitenciário, está servindo de justificativa para a tentativa de terceirizar o setor.

MONITORAMENTO

A partir de agora, o COPED terá uma comissão de monitoramento do sistema carcerário. Além das cobranças ao Governo, por meio de denúncias, ofícios e resoluções, a Comissão vai provocar o Ministério Público para judicializar a necessidade de investimento no sistema penitenciário, obrigando o Estado a dar a atenção devida à área. Essa atuação deve acontecer em parceria com entidades e instituições fiscalizadoras do sistema prisional.

SAÚDE E SEGURANÇA

O COPED também deliberou pelo reforço na cobrança ao Governo do Paraná, cuja resolução foi aprovada no ano passado, de que o Executivo estadual cumpra as determinações do Governo Federal de respeito aos direitos humanos dos agentes penitenciários. Apesar de ser considerada a segunda profissão mais desgastante do mundo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Paraná não existe qualquer programa de atenção à saúde, medicina ocupacional e prevenção de males causados pela profissão.

"A participação do COPED é muito importante para demonstrar para a sociedade que o agente penitenciário não é o grande vilão do sistema. O violador de direitos humanos é o Estado, que não cumpre a Lei de Execução Penal e ainda coloca todo o ônus dessa incompetência nas costas do trabalhador, que, sem nenhuma condição de trabalho e segurança, tem todos os dias os seus direitos violados", defende a presidente do SINDARSPEN, que representa a entidade no Conselho.

Direitos Humanos

O VIOLADOR DE DIREITOS HUMANOS É O ESTADO, QUE NÃO CUMPRE A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E AINDA COLOCA TODO O ÔNUS DESSA INCOMPETÊNCIA NAS COSTAS DO TRABALHADOR

PELO FIM DAS TRANSFERÊNCIAS ARBITRÁRIAS

É comum que em casos de rebelião ou fuga de presos, para dar resposta para a opinião pública, o Governo do Estado, responsável pela precariedade do sistema penitenciário, anuncie transferência de agentes, tentando colocar nos profissionais a culpa pelos problemas.

O Sindicato repudia essa postura porque sabe que os agentes são a ponta frágil do sistema, trabalhando em condições adversas, sem a estrutura e efetivo necessários e sofrendo pressão constante dos presos nas unidades, que reivindicam seus direitos garantidos por lei.

Em um ano, o SINDARSPEN conseguiu reverter as transferências consideradas arbitrárias de agentes de várias unidades, como em Londrina e Cascavel. Além de auxílio jurídico, o Sindicato tem buscado o diálogo permanente com a SESP e o DEPEN-PR para evitar que as remoções não aconteçam de forma arbitrária e sem seguir critérios objetivos, causando injustiças e prejudicando a vida dos trabalhadores.

GAECO

O SINDARSPEN também protocolou pedido de investigação pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Estadual (GAECO) sobre o crescimento de organizações criminosas dentro dos presídios e da relação que essa prática possa ter com a omissão ou ação do Estado.

WALEISKA FERNANDES

REUNIÃO. *Secretário de Segurança Pública, SINDARSPEN e agentes e Londrina se reúnem para rever transferências consideradas arbitrárias pelo Sindicato*

NEGOCIAÇÃO PARA PAGAMENTO DE AÇÕES NA JUSTIÇA

O Sindicato iniciou uma negociação com a Procuradoria Geral do Estado para a antecipação do pagamento de ações de execução de sentença que já transitaram em julgado (nas quais não cabem mais recursos) que estão correndo pelo jurídico da entidade. As negociações estão sendo feitas entre os procuradores do Estado, os advogados do SINDARSPEN e a direção da entidade.

O Sindicato tem algumas ações que se encaixam nessa regra, como a 515/2007, que trata de promoção e progressão de um grupo de agentes promovidos em 2004; a 2493/2011, referente à diferença do valor do Adicional de Atividade Penitenciária (AAP) não pago entre os anos de 2007 e 2009 (14,89%); e a ação 1111/2011, que cobra os valores retroativos de 5 anos não calculados sobre o AAP.

Para o pagamento dessas ações nesse acordo com a PGE, o órgão antecipou algumas condições, como o parcelamento do valor das ações em 12 vezes. Por enquanto, a única ação do SINDARSPEN que está em discussão é a 515/2007, da primeira promoção. As demais ações dependerão do sucesso do acordo dessa primeira negociação. Atualmente, a entidade está verificando os casos de litispendência para dar prosseguimento às negociações de pagamento.

CUIDADO COM A LITISPENDÊNCIA

Apesar dos esforços do SINDARSPEN e PGE, algumas situações ainda estão retardando o cumprimento do acordo, como os casos de litispendência, que é quando uma pessoa assina procurações e honorários contratuais com mais de um advogado para a cobrança da mesma sentença. Nos casos de execução de sentença, os servidores têm a liberdade de escolher o advogado que os defenderá. Inclusive, tem sido comum a procura desses profissionais aos agentes para cobrar ações, levando muitos trabalhadores a se comprometerem com mais de um advogado. O SINDARSPEN, no entretanto, alerta que é preciso ter cuidado com a escolha, pois uma vez assinadas as procurações e contratos, esses advogados podem reivindicar seus honorários contratuais. Isso está acontecendo na primeira ação negociada com a PGE, referente à cobrança de valores retroativos da primeira promoção e progressão. Na dúvida, procure o departamento jurídico do Sindicato para se informar se tais ações já não estão sendo cuidadas pelos advogados da entidade. Assim, ficará mais fácil optar pelo profissional que cuidará das suas ações.

JURÍDICO DO SINDICATO PASSA A ATUAR NA ACUSAÇÃO DE ASSASSINATOS CONTRA AGENTES

O departamento jurídico do SINDARSPEN passou a ser assistente de acusação nos casos de assassinatos de agentes penitenciários com características de execução como consequência da profissão. Nesses casos, o jurídico do Sindicato vai atuar como *amicus curie*, quando uma pessoa ou entidade auxilia a Justiça, oferecendo esclarecimentos sobre questões essenciais ao processo.

O auxílio do SINDARSPEN ao Ministério Público foi importante para que a Justiça aceitasse a denúncia ofertada pela Promotoria contra os quatro acusados do assassinato de Marcelo Pinheiro, morto em março de 2015, no alojamento do Centro de Regime Semiaberto de Guarapuava. Os réus serão levados ao Tribunal do Júri mediante provas e depoimentos levantados pelos advogados do Sindicato.

A entidade já está atuando em outros casos, como na acusação dos assassinos do agente Gesiel Araújo Palmas, que foi assassinado em 18 de abril deste ano, quando chegava em casa após o plantão na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II).

ESTRATÉGIA

Como assistentes de acusação, os advogados do SINDARSPEN têm como estratégia a lei 13.142/2015, que atualizou o Código Penal e tornou qualificados os crimes de homicídio e agressões praticados contra agentes penitenciários em serviço ou em decorrência deste, aumentando a pena dos culpados.

A inclusão dos agentes penitenciários como beneficiários da lei que qualifica crimes praticados contra servidores da segurança pública foi uma luta da qual o SINDARSPEN participou ativamente em Brasília, junto à FEBRASP. O agente penitenciário não estava incluído no texto original do projeto de lei. A inclusão se deu depois de uma atuação direta dos sindicalistas no Congresso Nacional.